

**Entre o Humanismo e o Tecnicismo:  
a Experiência do Jornal Laboratório e do Estágio Universitário como  
prática simulada e assistida.**

Robson Dias<sup>1</sup>

**Resumo:** *Os cursos de formação profissional de jornalistas trabalham a dimensão humanística e tecnicista dos estudantes. Pedagogicamente<sup>2</sup>, a experiência do labor é vivida nos cursos de graduação pelo exercício do estágio universitário (prática assistida) e pela produção dos jornais laboratório (simulação do cotidiano das redações). Designamos como o Fazer Jornalístico as atividades inerentes à profissão de Jornalista, por vezes, questionadas sobre sua dimensão humanista e tecnicista nas graduações dos cursos de Jornalismo e de Comunicação Social. A análise discute o papel do estágio profissional e do jornal-laboratório resgatando tensões e incoerências neste contexto, tendo estes dois elementos como etapas de acesso à profissão.*

**Palavras-chave:** Estágio; Laboratório; Jornalismo; Jornalista; Profissão

### **O Estágio Universitário em Jornalismo**

Há momentos distintos da inserção do estágio na formação jornalística, no contexto Brasileiro. Em 1969, o estágio universitário, em Jornalismo, foi regulamentado com a lei que criou a profissão. A partir deste marco, a prática da profissão assistida nas organizações acontecia dentro do estabelecido<sup>3</sup>. Entretanto, 10 anos depois, em 1979, o estágio foi proibido<sup>4</sup> por lei. O Decreto-lei de 1969 (instituiu a profissão de jornalista no Brasil) e o Decreto de 1979 (regulamentou questões que tinham ficado abertas na primeira norma).

Este período de 10 anos entre a primeira legislação (1969) e segunda (1979) é caracterizado pela intensa descaracterização da ideia de estágio estudantil. A exploração de estagiários em empresas jornalísticas acontecia sem qualquer restrição. Durante o

---

<sup>1</sup> Doutorando em Comunicação, sob orientação do Prof. Dr. Luiz Martins da Silva, no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (PPGFAC/UNB). Vinculado aos projetos de pesquisa credenciados no CNPQ: *A idéia do pós-Jornalismo* (2010-2013) e *O Jornalismo como Teoria Democrática* (2006-2010).

<sup>2</sup> A título de esclarecimento: o artigo não tem como objetivo fazer os enquadramentos pedagógicos do Ensino em Jornalismo, com o rigor das terminologias do campo da Educação.

<sup>3</sup> O Decreto-lei nº 972, de 17 de outubro de 1969 criou a profissão de jornalista, durante a Ditadura Militar. Mais tarde, no início da abertura política, houve nova redação com o Decreto 083.284, de 13 de março de 1979.

<sup>4</sup> “Constituiu fraude a prestação de serviços profissionais gratuitos, ou com pagamentos simbólicos, sob pretexto de estágio, bolsa de estudo, bolsa de complementação, convênio ou qualquer outra modalidade, em desrespeito à legislação trabalhista e a este regulamento” (Decreto nº 83.284, de 13 de março de 1979, Art. 19).

período citado, os empresários de Comunicação, em quase todo o território brasileiro, substituíram a mão-de-obra profissional pela estudantil, por ser mais barata.

Valverde (2006) considera o estágio em Jornalismo como tendo um papel pedagógico importante na formação dos novos jornalistas, preparando-os para as exigências do mercado de trabalho<sup>5</sup>, tanto no passado como atualmente. Para o autor, a proibição do estágio para que não houvesse exploração limitou o exercício prático das técnicas jornalísticas ao ambiente acadêmico<sup>6</sup>, mas não teve efeito absoluto no sentido de resguardar os estudantes. O que revela uma disparidade entre a norma e a realidade.

Até hoje, mais de 40 anos depois da regulamentação da profissão de jornalista, e mais de 30 anos depois da proibição do estágio estudantil, a prática de estágios são comuns, assim como os programas de estágio (resultado de parceria entre as universidades e empresas, como é o caso do Curso Abril de Jornalismo<sup>7</sup>).

Valverde (2006) faz as seguintes constatações em relação ao anseio dos estagiários (1), jornalistas profissionais (2), professores de Ensino em Jornalismo (3) e sindicalistas (4) sobre o estágio na formação do jornalista:

1 - os ex-estagiários são favoráveis à obrigatoriedade do estágio, pois o consideraram fundamental para a sua formação, complementando os ensinamentos recebidos na escola, além de lhes possibilitar uma colocação no mercado de trabalho depois de formados.

2 - os jornalistas supervisores nas empresas jornalísticas também se manifestaram a favor da obrigatoriedade e apontaram a necessidade dos estudantes fazerem essa formação antes de atuar como profissionais, pois a maioria deles sai despreparada das universidades. Além disso, podem se certificar se essa é mesmo a profissão de desejam seguir.

3 - entre os coordenadores de Jornalismo dos cursos, os que se manifestaram favoráveis à obrigatoriedade ressaltaram a possibilidade dos alunos conviverem em uma redação com profissionais habilitados. Já os que se posicionaram contrariamente ressaltaram que, se isso acontecesse, teríamos inúmeros problemas, como a falta de vagas para todos estagiários, além da possibilidade de “acertos” para se cumprir o estágio.

4 - nos depoimentos obtidos dos líderes sindicais também registramos, a posição contrária à obrigação do estágio, apesar de todos defenderem a existência da prática do estágio, de forma controlada, como sugerem e defendem os sindicatos de jornalistas e a Federação Nacional dos Jornalistas. Os motivos apresentados para a não obrigatoriedade concentram-se na atuação nociva de certas empresas que aproveitariam

---

<sup>5</sup> VALVERDE, Franklin. *O papel pedagógico do estágio na formação do jornalista*. Tese (Doutorado em Comunicação), USP. 2006. p.7

<sup>6</sup> O estágio em Jornalismo é proibido por lei, mas nem por isso deixa de existir ou se vincular a vida estudantil. Existe até o *Programa de Estágio Acadêmico em Jornalismo*, idealizado pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, em parceria com empresas de comunicação e universidades. E, a rigor, os sindicatos não poderiam apoiar ou se vincular a uma prática ilegal, pois o estágio em Jornalismo é tido como ilegal, pra efeito de lei. Entretanto, na realidade, ele acontece normalmente como se não houvesse norma que o coibi-se.

Informações: [www.fenaj.org.br/educacao/programa\\_estagio\\_jornalismo](http://www.fenaj.org.br/educacao/programa_estagio_jornalismo) . Acessado em 15-11-2011.

<sup>7</sup> [www.cursoabril.abril.com.br](http://www.cursoabril.abril.com.br), Acessado em 15-11-2011.

para explorar os estagiários como mão-de-obra barata, além da ocupação, por estudantes, de postos de trabalho de jornalistas habilitados<sup>8</sup>.

Valverde (2006) identifica, um impasse: estudantes, professores e jornalistas profissionais são a favor da legalização do estágio. Somente o sindicato é contra<sup>9</sup>. Segundo o autor, o fato dos Sindicatos se oporem à legalização do estágio não incorre na reprovação de sua prática, propriamente dita. Não é comum haver denúncias sobre estudantes que estejam fazendo estágio (que pela letra da lei é proibido) ou que estejam sendo explorados, nem nos Sindicatos, nem na *Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ)*<sup>10</sup>.

Valverde (2006) faz questionamentos pertinentes em relação à resistência e à aceitação do estágio quanto a sua razão de existir no campo do Jornalismo:

1 - Se os setores envolvidos são favoráveis ao estágio em Jornalismo [universidades, sindicato e empresas de comunicação], por que não estendê-lo a todos os estudantes, já que a sua validade e benefício são reconhecidos e recomendados?

2 - A atual legislação não contempla o estágio como uma prática legal. É preciso buscar a sua modificação, trabalhando conjuntamente com as escolas de Jornalismo, as empresas de comunicação e os Sindicatos e a Federação Nacional de Jornalistas?

3 - As empresas [de comunicação] não possuem um projeto de desenvolvimento de estágios, portanto é preciso elaborar, em conjunto com todos os setores envolvidos, um que atenda todos os preceitos pedagógicos?<sup>11</sup>

Valverde (2006) afirma que o modelo brasileiro (contemporâneo) de estágio em Jornalismo tem condições até de ser exportado<sup>12</sup>. Para o autor, a formação específica em nível superior é o caminho certo, defendido por inúmeros profissionais gabaritados e pesquisadores competentes, servindo até de modelo para outros países, como a Itália,

---

<sup>8</sup> (VALVERDE, 2006, p.118)

<sup>9</sup> O procedimento para resolver o problema seria a criação de um novo dispositivo legal sobre o exercício da profissão ou a emenda da norma já existente. Contudo, há mais de quase três décadas (1979), o próprio sindicato se manifestou a favor da proibição. Naquela época, o argumento era evitar a antecipação da entrada dos estudantes no mercado e possível exploração da mão-de-obra. Hoje, o próprio sindicato promove parcerias de inserção dos estudantes via estágios oficialmente promovidos pelas categorias de classe em cada estado.

<sup>10</sup> Op. Cit.

<sup>11</sup> (VALVERDE, 2006, p. 180)

<sup>12</sup> Apesar dos conflitos, a prática do estágio no país está próxima de outros modelos no mundo. “É o caso da Argentina onde o candidato a jornalista deve ter, no mínimo, vinte anos de idade, trabalhar por dois anos em uma empresa jornalística na função de aspirante, podendo depois desse período solicitar o registro como jornalista profissional. Na Alemanha, os novos profissionais realizam um estágio de três meses, sendo necessária sua comprovação na hora da efetivação em uma empresa jornalística, pois sem ela não há possibilidade de contratação. Além disso, a maioria dos profissionais alemães é diplomada. No caso francês, o estágio também está presente como quesito para o desempenho profissional. Nesse país, se o futuro jornalista cursou uma das doze escolas de Jornalismo autorizadas, basta fazer um ano de estágio antes de exercer a profissão. Mas se o interessado não passou por uma delas, terá que realizar dois anos de estágio. Na Itália, é obrigatório fazer primeiramente um estágio de 18 meses, contratado por uma empresa de comunicações; ao final, o candidato prestará um exame na Ordem dos Jornalistas Italianos. Se for aprovado, deixa de ser estagiário ou aspirante e passa a redator com o registro de jornalista profissional” (VALVERDE, 2006, p. 181)

que aprovou o sistema brasileiro e passará a adotá-lo<sup>13</sup>. Isso, porque, a formação profissional em Jornalismo, no país, segue uma linha de ênfase no humanismo, com a inserção do aluno no ambiente acadêmico fazendo uso de conhecimentos oriundos da Filosofia, Sociologia, Antropologia, Economia, Psicologia, Letras, Estética, dentre outros.

Além da visão otimista quanto ao modelo de estágio universitário em Jornalismo praticado atualmente, no Brasil, Valverde (2006) defende seu enquadramento como obrigatório nos cursos de formação profissional:

A volta do estágio em Jornalismo, como item de obrigatoriedade para a obtenção do diploma em nível superior, inaugurará uma nova etapa na profissão de jornalista no Brasil<sup>14</sup>.

A proibição e a legalização do estágio estão ligadas à questão da exploração da mão-de-obra estudantil, ao momento político no país (se favorece ou não a Liberdade de Imprensa) e à regulamentação das atividades profissionais em jornalismo (como a proibição estágio). O presente artigo não esgotará tais fatores.

O impasse na área de Jornalismo, seja como campo de formação de profissionais (academia) ou no próprio exercício da habilitação (mercado de trabalho), baliza dois referenciais distintos de grupos de jornalistas: os humanistas e os tecnicistas.

De acordo com Steinberger (2000), ter dois referenciais técnicos em Jornalismo acarreta práticas contraditórias no seguinte aspecto: enquanto os norte-americanos adotam a concepção de que a imprensa é um negócio (advindo da técnica), os europeus vêem a profissão como um sacerdócio (advindo do dever moral de informar a sociedade). Para a autora, boa parte dos conflitos identitários no campo jornalístico brasileiro origina-se da dificuldade de conciliar esses opostos<sup>15</sup>.

Parte do campo profissional do Jornalismo aceita a imposição ostensiva dos pressupostos de *Objetividade*. A outra parte não tem nem força para contestar. Mendes (1997) explica que é o pressuposto de *Objetividade* que traz o profissionalismo à atividade jornalística (advinda da técnica). Há a concepção de uma especialização e dedicação ao labor. O processo de institucionalização do Jornalismo como profissão no

---

<sup>13</sup> (VALVERDE, 2006, p. 181)

<sup>14</sup> Ibidem.

<sup>15</sup> STEINBERGER, Margarethe. *A ética do jornalismo latino-americano na geopolítica da pós-modernidade*. In Dowbor, Ladilau; Ianni, Octávio; Resende, Paulo-Edgar A.; Silva, Hélio (orgs.) *Desafios da comunicação*. Petrópolis. Vozes. 2000. p. 179

Brasil data da chegada desse referencial. O que era chamado de Jornalismo Romântico, ganhou inferência de incompetência. A passionalidade no lidar com a profissão foi condenada a objetividade, proclamada a meta principal, a fim de conquistar mentes e corações do público em um novo momento histórico que se firmava. Para o autor, houve uma espécie de ruptura entre um padrão de comportamento disseminado desde o Brasil colônia e outro que se auto-proclama mais jornalístico ou profissional, surgido no começo da década de 60. Porém, como elementos tanto de um, como de outro modelo se mantiveram apesar das transformações, os conflitos se estabelecem na caracterização do que é o novo e o velho, o ultrapassado e o modernizante, numa forma equivocada, linear de perceber a trajetória da profissão<sup>16</sup>.

Mendes (1997) acredita que os jornalistas mais velhos, do *Jornalismo Opinativo*, se colocam como “anti-profissionais”<sup>17</sup>, por não aceitarem as demandas do mercado noticioso, padronização da informação e produtos noticiosos. Enquanto que os dito profissionais (modelo de *Jornalismo Informativo*) buscam monopolizar a qualificação de “profissional modelo”<sup>18</sup> como uma espécie de violência simbólica, na qual quem corresponde ao modelo é profissional; e quem não, é amador.

O que esta discussão (tecnicismo x humanismo) traz para questão do estágio universitário, entendido como prática assistida, é que a experiência de labor do estudante em Jornalismo, no Brasil, passa por dois tipos de tensões identitárias:

- **Parâmetro legal:** o estágio é proibido por lei, mas acontece a despeito da norma, pois gerações de jornalistas são formadas a cada ano e o mercado de trabalho demanda profissionais, a medida que crescem as empresas, o fluxo informacional, a produção de produtos e serviços noticiosos e a influência da mídia na sociedade. Há certa incoerência entre o que a norma prescreve sobre o estágio em Jornalismo (proibição), a realidade do mercado de trabalho e da necessidade de prática assistida dos estudantes.

- **Modelo de Jornalismo:** o modelo de Jornalismo norte-americano (Tecnista) e europeu (Humanista) também alimenta uma tensão identitária que muitas vezes não é facilmente resolvida pelos estudantes e, nem mesmo, pelos centros de formação e o mercado de trabalho. A discussão sobre se Jornalismo se aprende na

---

<sup>16</sup>(MENDES, 1997, p. 67-68)

<sup>17</sup>“Anti-profissionais” para o autor é no sentido de opor-se ao processo de profissionalização e ao status de profissional (MENDES, 1997, p. 71)

<sup>18</sup>“Profissional modelo” para o autor é o padrão evocado pelos jornalistas a favor do processo de profissionalização e do status de profissional (MENDES, 1997, p. 71)

Teoria ou na Prática parece ser insuperável nos bancos das universidades ou mesmo nos postos de trabalho. Mendes (1997) destaca que esses aspectos contraditórios do mundo profissional do Jornalismo parecem criar um clone do que a profissão é para dissimular o que ela gostaria de ser, onde deseja chegar<sup>19</sup>.

Folquening (2002) estudou a consciência dos estudantes de Jornalismo sobre o humanismo<sup>20</sup> inerente á atividade jornalística. Uma de suas entrevistadas evidencia bem o conflito de dois referenciais de Jornalismo (*Jornalismo Opinativo e Jornalismo Informativo*) já no curso graduação: “alguns professores que falam de ter emprego, de que o importante é saber fazer bem as coisas para encontrar um lugar no mercado de trabalho. Tem outros que parecem achar que o Jornalismo é igual a um igreja que vai salvar a humanidade, que a gente tem que saber tudo e entender de tudo para resolver os problemas do mundo inteiro”<sup>21</sup>.

Essa fala evidencia certa ambigüidade do perfil do jornalista em formação que, ora oscila para a intervenção social, ora para a mera aplicação da mão-de-obra frente a uma demanda do mercado de trabalho. A dualidade no perfil do jornalista brasileiro é inerente à categoria profissional. Para Senra (2002), por ser uma profissão eternamente “candidata”, sem os contornos originários de uma autêntica atividade profissional, a identidade profissional do jornalista padece de uma ambigüidade, por assim dizer, histórica. Para a autora, esta ambigüidade, tem presidido o auto-reconhecimento do profissional e que talvez esteja igualmente na origem da necessidade recorrente de acentuar as linhas de um perfil por si mesmo pouco definido<sup>22</sup>.

### **Jornal-laboratório**

Para D. Oliveira (2007), o jornal-laboratório<sup>23</sup> tem como função a inserção dos estudantes do curso de Jornalismo no mercado de trabalho para desenvolver os processos e técnicas jornalísticas apreendidas na sua vivência teórica. Para a autora, a crítica da sala

---

<sup>19</sup> MENDES, Ricardo. *As disputas no campo profissional do jornalismo*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), UFSCAR. 1997. p. 17

<sup>20</sup>FOLQUENING é da mesma linha de pensamento de Cláudio Abramo, *Jornalismo é Humanismo*, que entende a atividade jornalística como ligada à dimensão do homem no meio social.

<sup>21</sup>(FOLQUENING, 2001, p. 138)

<sup>22</sup>(SENRA, 1997, 14) apud (FOLQUENING, 2002, p. 138)

<sup>23</sup> Encontramos a designação “jornal-laboratório” em dissertações, teses e livros especializados da área de Comunicação. Utilizaremos a palavra com o hífen, tendo em vista nos reportarmos a dados e pensamentos estabelecidos por autores que se reportavam dessa forma. Não conseguimos justificar, no sentido conceitual, porque alguns autores utilizam a palavra com hífen e outros não.

de aula a ser transportada para as páginas do jornal-laboratório<sup>24</sup>. Essa idéia de simulação do cotidiano profissional é comum aos pesquisadores do tema.

Com a proibição do estágio universitário em Jornalismo, em 1979, o jornal-laboratório tornou-se praticamente obrigatório nos cursos de formação por assegurar a experiência prática dos alunos dos cursos e a ligação com o mercado de trabalho, ainda que fosse de modo simulado. No período de 1969 (regulamentação da profissão) até 1979 (proibição do estágio) havia um desequilíbrio no mercado. Segundo Pacheco (2007), as redações dos jornais estavam cheias de estudantes de jornalismo (mal-remunerados) e um grande número de profissionais desempregados<sup>25</sup>. Para o autor,

Os Jornais laboratórios surgiram depois da instituição do decreto 83.284/79 que proibia em seu artigo 19 o estágio profissional para os graduandos em jornalismo e relatava que constitui fraude a prestação de serviços profissionais gratuitos, ou com pagamentos simbólicos, sob pretexto de estágio, bolsa de estudo, bolsa de complementação, convênio ou qualquer outra modalidade, em desrespeito à legislação trabalhista e a este regulamento<sup>26</sup>.

Depois deste marco, durante os anos 80, a experiência prática nos jornais-laboratoriais era feita com poucos recursos e de modo simplório. Com a chegada dos computadores pessoais<sup>27</sup> e da internet nas universidades, na década de 90, o espaço de simulação da prática jornalística ganhou qualidade nos processos de composição, edição e impressão. O baixo custo de composição de material impresso também proporcionou o surgimento das agências universitárias de notícias. Para Viera (2002),

O jornal-laboratório constitui espaço essencial de ensino aprendizagem para a formação de jornalistas na universidade. Sua função é a de criar ambiente propício para a reprodução dos processos jornalísticos, em situações práticas, vivenciadas pelos alunos, das quais os professores extraem evidências para explicar as teorias que embasam a profissão.

Assim, o alunado abrange uma visão de erros e acertos práticos, ou melhor, daquilo que é adequado ou inadequado como diretrizes de produção editorial impressa<sup>28</sup>.

Santos (2007) faz uma distinção em relação à produção do jornal-laboratório: os

---

<sup>24</sup> OLIVEIRA, Dennis de; RODELLI, Patrícia. *Jornal-laboratório: prática extensionista articulada com a dimensão ética do jornalismo*. Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo, Brasília, v.1, n.1, p.106-125, abr./jul. 2007. p. 116. Disponível em [www.portcom.intercom.org.br](http://www.portcom.intercom.org.br). Acessado em 12-12-2011.

<sup>25</sup> PACHECO, Roni. *A Importância do Jornal Laboratório Portal na Formação do Jornalista: a perspectiva do aluno*. Disponível em [www.jornalismo.ufsc.br/redealcar](http://www.jornalismo.ufsc.br/redealcar). Acessado em 12-12-2011.

<sup>26</sup> Ibidem.

<sup>27</sup> Personal Computers ou PCs são os primeiros computadores utilizados em meio residencial. Eram menores e não requeriam grande estrutura como os antigos complexos de informática.

<sup>28</sup> VIEIRA, Antônio. *Uma pedagogia para o Jornal Laboratório*. Tese (Doutorado em Comunicação), USP. 2002.p. 10

jornais escritos para o público interno da universidade e os voltados para a comunidade a redor<sup>29</sup>. Para o autor, quando há agências universitárias de notícias<sup>30</sup>, o foco é o público externo<sup>31</sup>.

O jornal-laboratório feito pelos estudantes de jornalismo vai além da mera simulação da prática jornalística. A eficácia está no alcance notícia produzida pelo estudante de jornalismo na universidade e na comunidade ao redor. Para M. Oliveira (2005),

É na universidade que o aluno deve receber o treino, através da didática aplicada no jornal-laboratório. Isto porque o espaço da universidade permite que se alie o processo de produção à reflexão do fazer jornalístico. Não só simular situações profissionais, mas também vivenciá-las tomando conhecimento de visão de conjunto ao que rege toda a estrutura do processo jornalístico na elaboração de um jornal impresso<sup>32</sup>.

Para M. Oliveira (2005), o jornal-laboratório, por ser um espaço de experimentação, oferece vivências em coberturas pouco comuns ao noticiário tradicional, das empresas de comunicação. Para a autora,

O aluno deve buscar utilizar os seus conhecimentos e sua criatividade ao produzir os textos com a clareza de saber diferenciar assuntos de interesse pessoal de assuntos de interesse público. Todo o processo técnico de uma estrutura para a produção de um periódico impresso como a escolha da pauta, a escolha das fontes, a fotografia, a redação, a apuração, a edição até a publicação, em discussão com os colegas, pode construir alternativas diferenciadas dos modelos já existentes de jornais no mercado capital<sup>33</sup>.

Santos (2007) considera que objetivo do jornal-laboratorial não está em “ensinar técnicas, mas aplicar conceitos que contribuam para formar um profissional mais consciente de seus atos e de seu papel no contexto social”<sup>34</sup>. O autor entende que o exercício acadêmico deve extrapolar os muros das técnicas ensinadas em sala de aula, além de contribuir para transformar o jovem em um profissional mais crítico e com

---

<sup>29</sup> “Ambos têm em comum a filosofia de aprendizado que amplia o universo restrito de uma atividade acadêmica, alargando os horizontes e as visões para os alunos”. (SANTOS, Fernando. *Prática e aprendizado - a importância da Agência Universitária de notícias como Jornal Laboratório na formação do jornalista*. Tese (Doutorado em Comunicação), USP. 2007. p. 249)

<sup>30</sup> A produção laboratorial leva em conta jornais e revistas on-line, portais, radioweb e agências universitárias de notícias. Com os avanços tecnológicos, as instituições de ensino qualificaram o espaço de experimentação da prática jornalística. Existem até redes de agências universitárias. A Rede Nacional de Observatórios de Imprensa (*RENOI*) reúne 31 professores/pesquisadores e mais de 220 alunos, bolsistas e voluntários. E está presente em nove estados do país. O *SOS Imprensa*, da Universidade de Brasília, chega a ter um programa, na TV a cabo, veiculado em todo o Distrito Federal.

<sup>31</sup> Tomemos como foco da discussão os jornais laboratório voltados para o campus e comunidade ao redor.

<sup>32</sup> (OLIVEIRA, 2007, p. 108)

<sup>33</sup> (OLIVEIRA, 2007, p. 116)

<sup>34</sup> (SANTOS, 2007, p. 251)

visão próxima da realidade<sup>35</sup>.

O jornal-laboratório como espaço da prática jornalística, em caráter experimental, proporciona uma práxis qualificada aos estudantes de jornalismo. Diferente do estágio universitário, o crivo do jornal-laboratório é menos rigoroso. O erro não implica em sanções da realidade profissional como demissão<sup>36</sup>. Contudo, o fato de ser experimental não quer dizer que não haja responsabilidade estudantil e profissional<sup>37</sup>.

O jornal-laboratório, inserido no espaço da reflexão científica e de sua experimentação, proporciona ao estudante de jornalismo uma liberdade que pode não ser encontrada futuramente na prática profissional cotidiana. O experimentalismo que ora evidencia a fragilidade do formato, ora impulsiona a liberdade de trabalho (isenta de pressões às quais estão submetidas às redações profissionais). Para o professor D. Lopes (2006),

Fazer jornal-laboratório não é um mero exercício escolar, nem apenas treinamento, mas uma forma de começar a transformar o estudante num profissional crítico, disposto a transformar e ajudar a melhorar um pouco a sociedade em que vive. Para isso, entretanto, deve escrever matérias de interesse do leitor, ou melhor, produzir um veículo que ajude o receptor a se posicionar criticamente diante do seu mundo. E não um produto visando à aprovação no curso.

Claro, que todos esses pontos dependem muito da visão que os orientadores dos projetos têm da profissão de jornalista e da sua responsabilidade na formação dos alunos<sup>38</sup>.

Lopes (2006) resume em três pontos os objetivos maiores dos jornais laboratoriais na formação jornalística:

1 – Formação de consciência crítica, caracterizada, principalmente, pela responsabilidade social do estudante e seu compromisso com o leitor, que devem ser sempre evidenciados pelos orientadores dos projetos;

2 – A utilização do jornal-laboratório como contribuição à formação ética do aluno, ajudando em seu crescimento pessoal e posicionamento crítico na vida. Deve ser reforçada a divulgação da informação correta, visando sempre ao interesse social e coletivo. Compromisso com a verdade e com a apuração precisa dos acontecimentos. Um outro aspecto fundamental é conscientizar o estudante da luta pela liberdade de pensamento e expressão (...);

3 – Um outro ponto a se destacar é o jornal-laboratório colaborando para a construção da cidadania, através do compromisso com o social que desperta o aluno para a solidariedade, dando voz ao povo, ao contrário da imprensa tradicional que, em grande parte, só veicula o discurso do poder. Isso vai ao encontro a uma colocação do jornalista José Hamilton Ribeiro (ex-repórter da revista Realidade, atualmente no Globo Rural), durante um debate na Cidade de Santos, na década de 80: “Falta uma Editoria de Povo nos jornais

---

<sup>35</sup> Ibidem.

<sup>36</sup> O aluno pode ser até excluído do grupo redatorial, mas não pode ser excluído do projeto pedagógico das disciplinas de Jornal-Laboratório.

<sup>37</sup> Profissional, por inferência, por simular o real. Logicamente, resguardamos as devidas responsabilidades dos jornalistas registrados profissionalmente e os estudantes.

<sup>38</sup> LOPES, Dirceu. *Jornal Laboratório – Muito Além do Treinamento*. ECA/USP. Publicado no veículo laboratorial Primeira Impressão. Novembro de 2006. p.2, apud (SANTOS, 2007, p. 252).

brasileiros”<sup>39</sup>.

Se os objetivos elencados por Lopes (2006) forem assegurados, os estudantes tendem a ganhar com isso. Para o autor, visar o interesse social e coletivo é um valor deontológico<sup>40</sup> que define a profissão de jornalista, segundo o *Código de Ética dos Jornalistas*. Tal referencial pode ser vivido desde a graduação<sup>41</sup>.

Santos (2007) considera que o jornal-laboratório não deve reservar para si a dimensão de “jornalzinho do curso”<sup>42</sup>. Para o autor, qualquer concepção de produto experimental deve passar pela produção de conhecimentos novos, que agreguem valor aos jovens estudantes e contribuam para o seu desenvolvimento acadêmico. Tal concepção (no entendimento do autor) serve para unir as conceituações teóricas às técnicas jornalísticas e à visão social (que deve permear o papel do aluno-jornalista)<sup>43</sup>.

Santos (2007) questiona o papel social do jornal-laboratório em relação à responsabilidade social, referencial que, desde o curso universitário, deve fazer parte do cotidiano do estudante de jornalismo. Para o autor,

É papel da universidade é realizar ações voltadas para o bem-estar social. Porém, quando tais atividades são lembradas, o que primeiro vem à mente são os cursos de Saúde, por exemplo, como Fisioterapia, Odontologia, Medicina, que oferecem clínicas para atendimento à população servindo de ensino aos alunos e contribuindo para o bem-estar coletivo.

Neste sentido, o curso de Jornalismo raramente é lembrado como incentivador de atividades que também possam contribuir para o bem-estar da coletividade. E um importante mecanismo para se atingir este objetivo é por meio de produtos laboratoriais, sejam atrelados às disciplinas ou como forma de extensão. Mas não basta ter um produto bem acabado, se não há um envolvimento, uma filosofia própria e um compromisso social para atingir este propósito. São os famosos ‘bonitinhos, mas ordinários’, ou seja, produtos bem elaborados esteticamente, mas com conteúdo vazio e que pouco contribuem para atender o público e, principalmente, garantir ao aluno uma visão mais ampla do processo pré-profissional, que não se limita apenas ao fazer jornalístico, mas também ao pensar jornalístico e o impacto social a qual ele está inserido<sup>44</sup>.

---

<sup>39</sup> LOPES, Dirceu. *Para uma pedagogia do Jornal-Laboratório*. Cadernos Pós-graduação Comunicação nº 1, Cadernos de Pós-graduação da Universidade Católica de Santos. 2001. p.2 apud (SANTOS, 2007, p. 251)

<sup>40</sup> A deontologia nada mais é que um contrato de classe trabalhista, ou grupo profissional, e seus respectivos órgãos de fiscalização do exercício da profissão, como os sindicatos, que tem como base as virtudes que devem ser cobradas e respeitadas no exercício da profissão, abrangendo o relacionamento com colegas de profissão e sociedade. Na verdade, é a necessidade de uma mentalidade ética e de uma educação pertinente que conduza à vontade de agir do profissional de acordo com o estabelecido por sua área.

<sup>41</sup> Ibidem.

<sup>42</sup> (SANTOS, 2007, p. 257)

<sup>43</sup> Op. Cit.

<sup>44</sup> Ibidem

Desde a experiência universitária, os dilemas relativos à dimensão técnica do jornalismo são experimentados. A divisão de trabalho, na instituição de uma hierarquia funcional entre os estudantes (editores, repórteres), reproduz o contexto administrativo das empresas de comunicação. O jornal-laboratório, como prática acadêmica, tem contornos pedagógicos que influenciam a percepção do *Fazer Jornalístico*, desde a formação profissional. Sendo que, muitas vezes, torna-se único espaço exercício das técnicas de jornalismo e de aplicação dos conhecimentos teóricos.

### **Conclusão**

O presente artigo não teve como ambição resolver problemas que se impõem como endêmicos no com do Jornalismo e da formação profissional de jornalistas. Mas, sim, trazer à tona dados históricos e contextuais que pudessem propor a reflexão sobre as práticas de estágio universitário e jornal-laboratórios, no Brasil. A discussão pedagógica sobre teoria, prática, humanismo e tecnicismo, por vezes, esbarra em fatos históricos como falhas jurídicas, como a proibição do estágio em Jornalismo, apesar de sua prática ser corrente no mercado de trabalho.

Escolhemos falar da experiência do labor vivida, nos cursos de graduação, pelo exercício do estágio universitário (prática assistida) e pelo jornal-laboratório (prática simulada) no intuito de apontar para a formação dos estudantes e para algumas responsabilidades que sequer são dos centros de ensino, sendo conjuntura da estruturação do próprio Jornalismo no Brasil (efeito do modelo norte-americano e europeu). Faltam nos fluxogramas, dos cursos de graduação, disciplinas que tratem exatamente da questão imbricada e complexa do processo de formação e estruturação da atividade jornalística no país, pois o que se vê são os alunos praticando o labor (de forma assistida ou simulada) e reclamando dos cursos de graduação, sem saber que própria profissão sofre de contradições ainda não superadas.

## Bibliografia

- BRASIL, *Decreto-lei nº 972, de 17 de outubro de 1969*, (Regulamentação da Profissão de Jornalista)
- BRASIL, *Decreto 083.284, de 13 de março de 1979*, (Regulamentação da Profissão de Jornalista)
- OLIVEIRA, Dennis de; RODELLI, Patrícia. *Jornal-laboratório: prática extensionista articulada com a dimensão ética do jornalismo*. Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo, Brasília, v.1, n.1, p.106-125, abr./jul. 2007. p. 116. Disponível em [www.portcom.intercom.org.br](http://www.portcom.intercom.org.br). Acessado em 12-12-2010.
- PACHECO, Roni. *A Importância do Jornal Laboratório Portal na Formação do Jornalista: a perspectiva do aluno*. Disponível em [www.jornalismo.ufsc.br/redealcar](http://www.jornalismo.ufsc.br/redealcar) . Acessado em 12-12-2010.
- SANTOS, Fernando. *Prática e aprendizado - a importância da Agência Universitária de notícias como Jornal Laboratório na formação do jornalista*. Tese (Doutorado em Comunicação), USP. 2007)
- VALVERDE, Franklin. *O papel pedagógico do estágio na formação do jornalista*. Tese (Doutorado em Comunicação), USP. 2006.
- VIEIRA, Antônio. *Uma pedagogia para o Jornal Laboratório*. Tese (Doutorado em Comunicação), USP. 2002.